

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal do Brasil*

Class.: 744

Data: 03.09.83

Pg.: _____

Juruna quer distribuir sua verba

Brasília. Na próxima semana os 479 deputados federais e os 69 senadores de todos os partidos começam a receber, cada um deles, Cr\$ 10 milhões e 500 mil, liberados anualmente aos parlamentares pelo MEC em forma de "subvenção social".

São Cr\$ 5 bilhões e 700 milhões para serem distribuídos pelos deputados e senadores a 32 mil entidades registradas no Conselho Nacional de Serviço Social. Seu presidente, Aderbal de Oliveira, está se defrontando com um "problema atípico", o cacique-deputado Mário Juruna (PDT).

Juruna, como não tem nenhuma entidade registrada em seu nome, ou com seu apoio, quer ele mesmo repartir os seus Cr\$ 10 milhões e meio. "Tenho nove terenas em Brasília que a Funai não quer mais pagar estudos", diz ele, "e mais terenas (MS) xavantes e bacairis (MT), caingangues (RS), minha tribo em Garças, todos com gente pra estudar, além de comunidades de bairro do Rio". Outra opção, a distribuição da verba pela Funai, o cacique-deputado não aceita.

"Funai não quer pagar estudos dos nove terenas e, se pegar este dinheiro, ele desaparece lá", disse essa semana o deputado a seu assessor, Odenir de Oliveira. Qualquer que seja a fórmula encontrada para Juruna distribuir a "subvenção social", doada pelo Ministério da Educação e Cultura aos parlamentares, ele terá, como os demais, que entregar Cr\$ 300 milhões a entidades do Distrito Federal, como determina a lei do CNSS.

O presidente do CNSS, Aderbal Oliveira, há 9 anos no cargo, acredita que "das 32 mil entidades o dinheiro dará para cerca de 18 mil serem beneficiadas". Há dois anos o então presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Deputado Murilo Cavalcanti (PDS), acusou um de seus colegas de partido, o Deputado Federal Stoessel Dourado, de ter criado "uma entidade fantasma. A sede é na casa do irmão dele, e o pai é o presidente", denunciou Cavalcanti.

O presidente do CNSS foi então a Salvador investigar o caso da "entidade fantasma". "Era coisa da política baiana", afirma referindo-se à notória divergência entre o grupo do Deputado Cavalcanti, liderado pelo então governador, Antônio Carlos Magalhães, e o Deputado Stoessel, adepto de Paulo Maluf. Conta Aderbal de Oliveira que "a sede realmente funcionava em local inadequado, mas depois o deputado ganhou um local e prestou as contas direitinho". Stoessel Dourado era, na ocasião, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor.